

Para além de uma história cultural do vestibular: elementos sócio-econômicos em “Química” e “O pequeno burguês”

Euzébio Fernandes de Carvalho

Universidade Estadual de Goiás

Porangatu – Goiás – Brasil

euzebiocarvalho@gmail.com

Resumo: O processo de seleção para o Ensino Superior Público é aberto a todos, mas não apenas por isto, é democrático. A maioria dos aprovados pertence às classes A e B. Sua melhor condição financeira possibilitou a formação básica privada, cuja qualidade é superior à recebida no sistema público, o que não deixa de configurar um processo de manutenção de benefício de classe (transmitidos pelo nascimento). Diante da concorrência, as classes menos favorecidas devem pagar por sua formação em Universidades particulares. É evidente, portanto, a existência de um elemento de injustiça pressuposto no vestibular. O Estado deve interferir neste jogo de cartas marcadas, caso seja seu projeto a construção de uma sociedade que garanta as mesmas condições de oportunidades nas disputas sociais. Esta discussão é encaminhada a partir das canções Química e O Pequeno Burguês (que tematizaram o vestibular em contextos históricos e sócio-econômicos diferenciados).

Palavras-chave: Vestibular, Ensino Superior Público, Representações sociais, Análise de música.

*Deus é um cara gozador/adora brincadeira/
pois pra me jogar no mundo/tinha o mundo inteiro/
mas achou muito engraçado me botar cabreiro/
na barriga da miséria eu nasci brasileiro.*

(Partido Alto. Chico Buarque)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS (OU ENTRANDO PELO VESTÍBULO)

À medida que avançamos na vida educacional, deixamos a infância confortável e adentramos ao mundo pululento da puberdade,

povoada de seres transmórficos, transitórios, apaixonáveis, instáveis. Chegados à idade púbere, a natureza abandona nossa subjetividade num admirável mundo novo. Somos assaltados pela sexualidade, pela preocupação com o futuro, com a já não mais tão distante “formação profissional”, tudo isso com um corpo novo a cada manhã. *Tudo ao mesmo tempo agora*, como bem diz aquela música.

A pergunta nada inocente “o que você vai ser quando crescer?”, respondida displicentemente pelas crianças, agora exige outro nível de atenção e seriedade. De engraçadinha, a resposta torna-se nebulosa como o humor adolescente. Entre a puberdade do presente e a futura e independente vida adulta do futuro, encontra-se a Universidade. Dependendo da classe social do jovem, contudo, esta instituição é tão incontornável quando ignorada.

Entre os clássicos testes de aptidão, tão incertos quanto placebos; entre os viciados e vendidos Guia das Profissões (ou dos Estudantes), o vestibular é o tema recorrente na boca ameaçadora dos professores e professoras do Ensino Médio. A frase mais ouvida é “vai cair no vestibular” e, claro, suas variantes interrogativas, negativas...

A pressão da família, objetivada ou apenas subliminarmente sugerida, é constante para o jovem estudante secundarista. Para os remediados, o Ensino Médio privado torna-se um investimento que deve retornar ao bolso provedor em forma de aprovação no vestibular, de preferência, numa universidade pública. Somada às pressões familiares e sociais, paira a dúvida sobre a competência e a inteligência: “vou conseguir passar no vestibular?” torna-se um pensamento juvenil tão constante quanto à vontade de sexo.

Durante o Ensino Médio, lembro-me de certa tarde cinzenta em que ouvia pelo rádio a leitura interminável da lista dos aprovados. Com aquela estética que caracteriza o som das ondas AM, a voz masculina era entremeada por trechos de uma música que falava do vestibular. Era um samba melancólico de uma voz supostamente negra, imaginei. Quem era? Parecia antiga... “música de gente velha”, nada semelhante com a juventude que experienciava naquele momento. “Mais adequado seria um rock para falar da tensão que rodeia o vestibular e não um samba melancólico” poderia ter pensado.

A QUÍMICA PERFEITA PARA PASSAR NO VESTIBULAR

Em minha juventude, ao longo da década de 1990, o rock-pop-punk brasileiro acabava de sair de sua infância. O chamado *Rock BR* meteu o pé na porta da cena musical das metrópoles brasileiras, de Salvador a Brasília, de São Paulo ao Rio de Janeiro, de Porto Alegre a Recife. Das guitarras sujas, das vozes gritadas, também veio um canto de protesto contra o vestibular. Claro, um protesto aburguesado, para ser “sociologicamente” preciso (mas que soava melhor aos meus ouvidos juvenis que aquele samba antigo).

Estou trancado em casa e não posso sair
 Papai disse que eu tenho que passar (estudar)
 Nem música eu posso mais ouvir
 Assim não posso nem me concentrar
 Não saco nada de física/literatura ou gramática
Só gosto de educação sexual/e (eu) odeio química, química, química

Não posso nem tentar me divertir
 O tempo inteiro em tenho que estudar
 Só pensando se vou conseguir
 Assim não sei se vou conseguir/passar nesse tal de vestibular
 Não saco nada de física/literatura ou gramática
Só gosto de educação sexual/e (eu) odeio química/química/química

Chegou a nova leva de aprendizes
 Chegou a vez do nosso ritual
 E se você quiser entrar na tribo
 Aqui o nosso gosto é tropical
 Ter carro do ano / TV a cores / Pagar imposto / Ter pistôlo
 Filhos na escola / Férias na Europa / Conta bancária / Comprar feijão
 Ser responsável / Cristão convicto / Cidadão modelo / Burguês padrão

Você tem que passar no vestibular (x3)¹

1. A música *Química*, de autoria de Renato Russo foi escrita “para voz e violão” em 1981, quando o compositor e vocalista da *Legião Urbana* alcançava sua independência legal: a emblemática idade dos 21 anos, que supostamente, enterraria os anos da jovem guarda, giria que em outro contexto cultural do país também foi utilizada para se referir aos jovens. A música *Química* foi “gravada em primeiro take (baixo, guitarra e bateria de uma só vez)”. Foi registrada “oficialmente” na última faixa do lado A, no terceiro LP da *Legião Urbana* (*Que país é este? 1978/1987*) numa versão “diferente da que foi incluída nas cópias cassete do segundo LP”. (Encarte do LP *Que país é este? 1987*, EMI Music, Brasil).

Esta música, como consta registrado no encarte do LP *Que país é este?*² foi tida como “o grito de guerra dos vestibulandos”. Evidencia, claramente, os conflitos de um jovem burguês nos momentos que antecedem o vestibular. “Vindos de uma juventude punk forjada sob o olhar da classe média de Brasília, centro do poder no período militar, um grupo de amigos, conhecidos como a Turma da Colina, tinha muito para dizer. Cultos, com formação em bons colégios, viajados, eles foram se encantar logo pela anarquia punk.” Estas são as linhas iniciais da “história oficial” da banda de rock *Legião Urbana* publicada em seu sítio eletrônico oficial da banda.³

Sem maiores preocupações com a subsistência de sua vida, sob a proteção/pressão paterna, o jovem burguês pode ficar em casa “apenas” estudando. Carregada de preconceito de classe e por certo ressentimento, a gíria popular nomearia esse garoto por “filhinho de papai” (também chamado de “mauricinho” ou simplesmente *playboy*). Expressão jocosa que não deixa de indicar certa consciência do fosso existente entre as classes sociais brasileiras. Na música, como vemos, o próprio garoto protagonista faz uso da expressão “papai”. Seria uma referência irônica à gíria popular ou um indício da consciência do autor acerca do fosso social existentes entre as classes brasileiras? Não por acaso, portanto, esta faixa estabelece um diálogo coerente com a proposta de todo o álbum em que foi gravada e, em especial, com a música que lhe serviu de título: *Que país é este?*⁴

2 Álbum produzido por Mayrton Bahia, em 1987 e publicado pela EMI Music Brasil. No momento em que o álbum foi lançado, “o país vivia um momento complexo. Era a dificuldade de estabilização política naqueles três primeiros anos sem governo militar – comprometidos no seu ideal pela morte de Tancredo Neves e da utopia que ele simbolizava –, o fracasso das duas encarnações do Plano Cruzado, o vazamento de Césio 137 em Goiânia, tudo isso em meio aos confusos trabalhos da Assembleia Constituinte. Naquele contexto, o riff de introdução da música que batizava o disco, sobre uma base musical reta e marcial, era tão agressiva e intensa como aqueles próprios dias” (disponível em <http://www.legiaourbana.com.br/discografia> Acessado em 15/07/2012)

3 Disponível em <http://www.legiaourbana.com.br/discografia>. Acessado em 15/07/2012.

4 Conforme texto do encarte do LP, a música era “uma das marcas registradas da Legião Urbana junto com ‘Geração Coca-Cola’, escrita em 1978, para o então Aborto Elétrico”, banda punk brasileira que está na genealogia de duas bandas brasileiras de rock: a Legião Urbana e o Capital Inicial. “Nunca foi gravada antes” segundo o referido texto, “porque sempre havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando-se a música então totalmente obsoleta” (Encarte do LP).

Em *Química* somos informados sobre os conflitos geracionais e os valores neles envolvidos: a vontade/pressão paterna em garantir um futuro profissional ao filho por meio do estudo e este que, por sua vez, no presente de sua juventude, percebe que terá que abrir mão da certeza de sua vida, juventude e energia sexual em troca de um distante e talvez não realizado futuro. A repetição do verso “você tem que passar no vestibular” enfatiza pressão sentida pelo eu poético. A sensação de perturbação psicológica é enfatizada pelas distorções da guitarra no momento em que o verso é repetido. Na música, a juventude é decalcada no gênero: desde sua origem, o rock expressa valores e questões relacionadas ao universo juvenil, sendo-lhe uma linguagem característica.

No encarte do álbum *Que país é este?* – senão de autoria de Renato Russo, provavelmente, sob sua aprovação – há um início de discussão sobre o rock enquanto linguagem juvenil e seus sentidos ideológicos, travada com o lendário guitarrista da banda inglesa *Led Zeppelin*:

Jimmy Page dizia que o bom do rock é que não se aprende na escola. Outros atacam: “para ser roqueiro basta pendurar uma guitarra no pescoço e sair por aí, fazendo a música mais primária do mundo”. Oras, mas é este mesmo o espírito da coisa! O ataque continua: “o rock é isso mesmo, um bate-estaca, a coisa mais elementar que existe, mais primitiva, menos inventiva que pode acontecer. O rock não é novidade, é uma imposição, é uma ditadura. É um sistema estético com a intenção de embotar a cabeça do jovem. Sim, pois se você fica com aquele bate-estaca o dia inteiro na cabeça, você se esquece da realidade que o cerca, de coisas realmente importantes”. Dois apartes aqui. Realmente, o rock não pode ser novidade já que é uma forma musical que nasceu em 1955, tem mais de trinta anos, portanto. Bate-estaca ou não, juvenil ou não, preste atenção à letra de ‘Que país é este’. Não nos parece coisa de quem se esquece da realidade que o cerca. Comparar o rock com ditadura? Que país é este? Quem é Jimmy Page?

A partir de *Química*, claro fica, portanto, que o vestibular não é somente a porta de entrada na Universidade, mas significa o ingresso no mundo adulto e burguês. O censo da educação superior de 2010 informa que 85% das vagas das universidades públicas são preenchidas por alunos egressos do ensino particular. A formação oferecida pelo ensino superior público funciona, portanto, como processo de manutenção dos confortos e privilégios da classe média. Na segunda parte da música, é apresentado,

de forma irônica, o programa a ser cumprido pelo indivíduo que deseja fazer parte dessa classe. “Se você quiser entrar na tribo”, tem que passar no vestibular!

Antes da gravação feita pela Legião Urbana, *Química* foi interpretada pelos Paralamas do Sucesso, no álbum *Cinema Mudo*, de 1983. Percebemos nesta versão que a tensão implícita à música obedece a um crescente. Apesar do volume baixo dos instrumentos e a voz contida do início da música, sua atmosfera já está carregada de peso e densidade (que explode em gritos nos segundos finais). Ao longo da interpretação, o volume da voz aumenta progressivamente. Na parte final, fica claro o estilo punk da música. Em 1987, a Legião Urbana, regrava a mesma música no álbum *Que país é esse?* mostrando a permanência da importância social do vestibular no mundo adolescente. Acompanhando a proposta estética e política desse álbum, a versão da música é mais suja, rápida, densa e curta, características formais que caracterizam o estilo punk rock. Tanto que, em 2006, na homenagem póstuma ao falecido vocalista Renato Russo, líder da Legião Urbana, a regravação ficou a cabo da Plebe Rude, uma das principais bandas da cena musical punk dos anos 80.

Em *Química*, percebemos que o eu poético da música é um jovem rapaz, branco e de classe média. Para esse grupo social, passar no vestibular (necessariamente, numa universidade pública) representa a manutenção do *status quo* adquirido pelos pais. Por isso, a reprovação no vestibular é tão extremamente temida. Ao mesmo tempo, para os jovens pobres, a aprovação em uma instituição pública representa a certeza de um futuro mais tranquilo, não fosse a barreira da grande concorrência. Assim, a química perfeita para passar no vestibular não é somente a disciplina (e resistência) que o indivíduo precisa ter para ser aprovado. A química perfeita para a aprovação seria o nascimento em uma classe social que lhe garante as condições materiais de existência para uma boa formação escolar.

Podemos concluir que a *Química perfeita para passar no vestibular* numa sociedade como a nossa, “submersa por clivagens e desigualdade”, com “padrões desiguais de partilha de poder, de distribuição de riquezas e de reconhecimento social” (SAFATLE, 2012, p.14-16), em grande escala, ainda é a “química” do nascimento. Marcada por tantas desigualdades, em nossa sociedade, as oportunidades (como ser aprovado num vestibular

público) não dependem unicamente das competências, inteligências ou outras qualidades subsumidas pela ideia de mérito pessoal. Na maioria das situações de disputa social, os resultados da competição são influenciados por outros elementos como a classe social em que o indivíduo nasce e as diferentes tradições (políticas, de gênero, de valores religiosos, de orientação sexual, etc.) a que ele se vincula/é vinculado.⁵ Nosso argumento pode ficar mais claro na sequência de nossa argumentação.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O vestibular é o mecanismo tradicionalmente utilizado no Brasil para selecionar os estudantes que pretendem ingressar no Ensino Superior público. Para a maioria dos vestibulandos, contudo, aguarda-lhes a “reprovação”. E isto não é porque, em vez de ficar em casa, no sábado a noite, resolvendo aquela lista de exercício, irresponsavelmente, escolheram viver sua juventude (como acusam muitas vozes paternas ao justificar-lhes a reprovação).

A reprovação, tampouco, não pode ser creditada à natureza (leia-se Deus, Destino ou as Forças do Universo) que injustamente teria distribuído os dons da inteligência como no mito grego em que Prometeu e Epimeteu distribuem as qualidades e os talentos diferentemente entre os animais e seres humanos. Se a natureza tem alguma responsabilidade, seria a mesma que Chico Buarque atribuiu a Deus, no trecho da música *Partido alto* usada como epígrafe no início desse texto.

Até a década de 1990, ou seja, antes da expansão das universidades privadas, o número total de concluintes do Ensino Médio era várias vezes superiores a quantidade total de vagas disponibilizadas pelo sistema público de Ensino Superior. Seria uma boa resposta para a reprovação do nosso jovem. A relação entre a quantidade de vagas e o número de interessados resulta nas grandes taxas de concorrência (esta sim, outra boa resposta à reprovação).

A lógica brasileira da seleção muito se aproxima da exclusão. De 1998 a 2000, o número de concluintes do Ensino Médio passou de 1,5 para 1,8 milhão. Já as vagas na universidade passaram de 776 mil,

5. Não queremos dizer com isto que desconsideramos a margem de negociação que possui todo indivíduo ao enfrentar o estado de coisas que encontra estabelecido ao nascer e ao se tornar pessoa. Muito menos, defendemos um determinismo de classe.

em 1998, para 2,4 milhões em 2005. A expansão das IES privadas foi o principal motivo para o aumento de vagas no Ensino Superior. Por isto, não devemos entender este aumento de vagas como, necessariamente, a democratização do acesso ao ensino superior de qualidade (e público).

O grande índice de reprovação nos vestibulares públicos é, assim, explicado matematicamente. Muitos interessados para pouquíssimas vagas. Isto significa que entre nós, o Ensino Superior público não foi pensado e planejado para formar a maioria da população, mas sim, os poucos que a “natureza” escolheu para nascer numa classe econômica ou região mais abastada. Cursar o Ensino Superior é sim uma questão de dinheiro, aliás, de muito dinheiro. A lógica da exclusão alimenta desde a Educação Básica privada, os intensivos cursinhos preparatórios, às universidades privadas, passando lucrativamente pelo mercado editorial.

Mas não nos contentemos com a explicação matemática. É preciso compreender essa exclusão. A História da Educação Brasileira nos mostra que o Ensino Superior foi, desde os anos do Império, pensado para poucos. Somente os filhos da elite mais abastada teriam condições de cursá-lo. E aqui vale bem o emprego do substantivo masculino: a formação superior era exclusivamente pensada para os homens.

Nos primeiros anos da República, a formação superior continuava a ter “validade social” para poucas pessoas. Foi nesse momento que se começou a esboçar um sistema público e nacional para educação básica (o que hoje chamamos de Ensino Fundamental: primeiro ao nono ano). Qual sentido fazia, portanto, oferecer ao grosso da população a formação superior?

A rede básica de educação pública foi expandida ao longo do século XX, acompanhando a urbanização da população e a industrialização do país. Paulatinamente, após a década de 50, tornou-se economicamente necessário garantir o mínimo de pessoas alfabetizadas. Por isto, nas décadas de 70 e 80, acompanhando a industrialização do sudeste, tornou-se economicamente rentável qualificar a mão de obra. No interior desse processo, o Estado estruturou as bases do Ensino Médio, contudo, enfatizando a formação técnica em detrimento da humana.

Nas décadas de 60 e 70, considerando o nível de desenvolvimento da industrialização na América Latina, a política educacional vigente

priorizou, como finalidade para o Ensino Médio, a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção. Esta tendência levou o Brasil, na década de 70, a propor a profissionalização compulsória, estratégia que também visava a *diminuir a pressão da demanda sobre o Ensino Superior* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p.5. Grifo nosso)

A partir da década de 1980, os avanços da microeletrônica transformaram a economia contemporânea. Ao provocar uma ruptura tecnológica, passou a ser chamada terceira revolução técnico-industrial. Com a revolução informática, o conhecimento tornou-se central aos processos econômicos. Na década seguinte, o volume de informações produzidas pelas tecnologias estabelece novos parâmetros para a educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p.5). Em detrimento disto, como as informações estão em constante processo de produção e transformação (e, portanto, rapidamente são superadas) a educação não deveria mais se preocupar com a simples acumulação de conhecimento, como ainda identificamos nas práticas escolares. O objetivo principal deveria ser a formação para o uso, consumo e para o domínio da produção da informação (método, teoria, valores etc.), posto que assim, o indivíduo também estaria apto a produzir conhecimento.

Ao longo do século XX, a política governamental para a educação básica e pública se expandiu consideravelmente. Formada por duas etapas distintas, inicia-se com o chamado Ensino Fundamental, centrada na alfabetização e nos conhecimentos elementares e se finda, praticamente, com o Ensino Médio, por meio da qualificação da mão de obra. O Estado manteve a formação superior gratuita. Contudo, socioeconomicamente, o acesso a ela continua restrito. Apesar da recente expansão do ensino superior público e da diferenciação dos processos de ingresso, como será discutido adiante.

A medida que expandia seu atendimento, o Sistema Público de Educação Básica tornou-se claudicante e teve sua qualidade cada vez mais fragilizada. Aos poucos, este processo afugentou as crianças mais remediadas dos bancos escolares e públicos, o que fomentou um processo de privatização da Educação Básica no Brasil. Instaurava-se o processo que nos dias presentes ainda determina os resultados dos vestibulares públicos. As classes mais remediadas pagam por uma formação com

qualidade (que refletirá positivamente nas futuras disputas sociais); resta aos mais pobres o sistema público e o ensino superior privado.⁶

Contrariamente, e ao mesmo tempo, o Sistema Público de Ensino Superior acumulou predicativos que o consolidou, aumentando cada vez mais sua qualidade⁷. A expansão da Educação Básica, a melhor qualidade oferecida pelas Universidades Públicas e a suposta gratuidade desta formação, contribuiu para o aumento da concorrência, tornando a formação superior pública cada vez menos acessível para a maior parte da população. Garantia-se, assim, a formação gratuita dos filhos da elite nas universidades públicas. As vagas, que já eram poucas, tornaram-se mais disputadas à medida que aumentava o público interessado. É verdade que nesse processo o Ensino Superior também se expandiu. Mas o aumento do número de vagas ficou sempre aquém da sempre crescente demanda.

Atualmente, para os 5 milhões de jovens que concluem o Ensino Médio público e privado, existem apenas 300 mil vagas nas universidades públicas. 85% dos jovens que almejam uma vaga no Ensino Superior vêm do sistema público. Contudo, no vestibular realizado pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), responsável pelo processo seletivo da Universidade de São Paulo (USP), uma das universidades mais concorridas do Brasil, dos 128 mil inscritos, apenas 8% são originários do sistema público de ensino (OLIVEIRA, 2011, p.56).

Certamente, ao observar o público ingressante no ensino superior privado, esse escopo se inverte: a quase totalidade provém das escolas públicas. Excluídos histórico-socialmente das vagas públicas no ensino superior, cabe aos mais pobres a “opção” (se seguíssemos uma lógica liberal de raciocínio) de pagar por sua formação universitária. Isto alimenta a existência de um processo de formação superior visivelmente fragilizada⁸ (e a iniciativa privada agradece).

6. Na década de 2000, o governo federal estimulou processos diferenciados de seleção para o Ensino Superior (como a utilização da nota do ENEM, vestibulares seriados, cotas para escolas públicas) assim como distribuiu bolsas para custeio da formação em universidades privadas.

7. Além do valor investido pelo governo, por aluno (aproximadamente 15,4 mil por ano), considerem a formação do corpo docente dessas universidades, o plano de cargos e salários, o incentivo à pesquisa, a quantidade de cursos de mestrado e doutorado, entre outros fatores, e constatamos a qualidade superior da graduação pública em comparação com a particular.

8. Vide, por exemplo, a proveniência dos aprovados nas seleções da pós-graduação pública. Aliás, o raciocínio desenvolvido até aqui para o acesso à graduação pública

Nesse sentido, acompanhemos outro documento histórico⁹ que nos possibilitará algumas reflexões sobre a formação superior privada.

O PEQUENO BURGUÊS (NA PRIVADA)

O ensino superior pago não é uma experiência nova nascida com a expansão das IES particulares observada ao longo da década de 1990. Instituições confessionais de formação superior foram criadas ao longo do século XX, principalmente com orientação religiosa católica.¹⁰

Em 1969, ela foi objeto da criação artística de Martinho da Vila, em seu disco homônimo. O artista tematiza esse fato social na música *O pequeno burguês*. Eis que muito tempo depois de ter ouvido essa música como trilha sonora para a voz masculina que anunciava os nomes dos aprovados no rádio, voltamos a ela. À época, ainda vivenciávamos de perto a pressão do vestibular. Hoje, ele se tornou confortavelmente uma memória distante.¹¹ Escolha tão acertada quanto fruto do ocaso da vida. Mas deve ser este o tema de outra reflexão. Voltemos à música:

Felicidade, passei no vestibular
Mas a faculdade é particular
Particular, ela é particular
Particular, ela é particular

Livros tão caros tantas taxas pra pagar
Meu dinheiro muito raro,
Alguém teve que emprestar
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar

Morei no subúrbio, andei de trem atrasado
Do trabalho ia pra aula, sem
Jantar e bem cansado
Mas lá em casa à meia-noite tinha
Sempre a me esperar

intensifica quando se pensa no ingresso nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) públicos.

9. Para a discussão acerca da utilização de documentos musicais para a produção do conhecimento histórico, confira NAPOLITANO, 2007.

10. Inicialmente, como faculdades isoladas e, posteriormente, agregadas em Universidades.

11. Tornou-se também tema da presente reflexão e da pesquisa *História para quê?* Ensino de História, currículo e o vestibular, UEG/PRP 2011.

Um punhado de problemas e criança pra criar
Para criar, só criança pra criar
Para criar, só criança pra criar

Mas felizmente eu consegui me formar
Mas da minha formatura, não cheguei participar
Faltou dinheiro pra beca e também pro meu anel
Nem o diretor careca entregou o meu papel
O meu papel, meu canudo de papel
O meu papel, meu canudo de papel

E depois de muitos anos,
Só decepções, desenganos
Dizem que sou um burguês muito privilegiado
Mas burgueses são vocês
Eu não passo de um pobre-coitado
Mas quem quiser ser como eu,
Vai ter é que penar um bocado
Um bom bocado, vai penar um bom bocado¹²

Diferentemente da música *Química*, citada anteriormente, esta não se refere à realidade de um jovem burguês (e branco). Refere-se igualmente a um homem, contudo, adulto e trabalhador. Certamente, o eu poético aqui é um negro ou mestiço, mais especificamente um pardo, se seguirmos a categoria utilizada pelo senso populacional no Brasil. Se este é um “pequeno burguês”, como auto intitula-se, o referido na música anterior seria um burguês de fato?

A parte literária da música é constituída por uma narrativa em primeira pessoa. Trata-se do depoimento de um “pequeno burguês”, ou seja, um indivíduo da classe média baixa (seu “dinheiro é muito raro”), que morava “no subúrbio” e que “pena um bocado” para melhorar sua condição social.

Ele nos conta sua aventura durante a formação universitária, os sacrifícios feitos para custear sua formação universitária. Por pagar as mensalidades, faltava-lhe dinheiro para “os livros tão caros”. Por isto,

12. Música de autoria de Martinho da Vila, gravada em seu álbum de debut *Martinho* (1969, RCA Victor). À época da gravação, o autor/cantor tinha 31 anos. Como no personagem da música, o negro Martinho da Vila teve que percorrer muito chão até a gravação de seu primeiro álbum (o que contrasta com os 21 anos que Renato Russo ostentava à época da gravação de sua música. Claro que devemos levar em conta nesta comparação as diferenças no contexto da indústria cultural brasileira entre o final da década de 1960 e década de 1980)

revela-nos no refrão: “o meu dinheiro alguém teve que emprestar”. As grandes distâncias percorridas entre sua casa ao trabalho e deste à faculdade dificultava o cumprimento dos horários de aula: “andei de trem atrasado”. O cansaço da dupla jornada (trabalho e estudo) comprometia sua aprendizagem e rendimento, seu descanso (o sono pouco dormido) trazendo-lhe também problemas familiares e afetivos: “tinha sempre a me esperar/um punhado de problemas/e crianças para criar”.

Como podemos perceber, mesmo pagando por isso, o eu poético demorou a ingressar na Universidade: “Felicidade/passei no vestibular/ mas a faculdade é particular”. O pobre demora mais a ingressar no Ensino Superior que o mais remediado? Se compararmos hipoteticamente a idade do eu poético de *Química* com a d’*O Pequeno burguês* veremos que sim.¹³

Esta música traz alguns elementos que possibilitam pensarmos sobre a validade de uma formação superior para quem não é da classe média e da elite da sociedade. Adianta ao pobre a formação profissional ou as profissões e seu exercício são economicamente possibilitadas? Do que valeu o sofrimento do eu poético para ter seu “canudo de papel”? A ênfase no adjetivo papel sugeriria a (in) utilidade do título de graduado? Seria um título de bacharel em direito (“livros tão caros”)? Possivelmente, sim. Fosse graduado em medicina, a música teria o tom de lamento e queixa que a caracteriza (“E depois de tantos anos/só decepções/desenganos”)? De certa forma, o eu poético se questiona: valeu o esforço para ter *essa* formação universitária? O verso citado anteriormente revela muito sobre o retorno econômico recebido depois de formado.¹⁴ Diante da realidade socioeconômica de sua classe social, a formação recebida garantiria o retorno do investimento em forma de um bom emprego ou da vaga em um concurso público? Dentre as diversas reflexões que podemos tirar desta música, poderíamos tomá-la como base para uma crítica à qualidade de uma formação universitária privada?

13. Mas isto, num contexto em que não havia os programas de financiamento para o custeio da graduação, oferecidos por alguns bancos, nem programas governamentais que custeavam a formação superior em instituições privadas, como o ProUni, do governo federal.

14. Os verbos no passado (“morei no subúrbio/ andei de trem atrasado”) revelam certa diferença de status social de um tempo passado em relação ao presente do enunciatador. Mas que não foi tão significativa como revela mais adiante na canção: “e depois de tantos anos/só decepções/desenganos”

Atualmente, são vários os programas governamentais que ofertam bolsas para o custeio da formação em universidades particulares. Fazendo isto, esses governos não se desobrigam em providenciar o aumento de vagas públicas ao mesmo tempo em que favorecem a privatização do Ensino Superior no Brasil, assim como aconteceu com a Educação Básica? Essas bolsas não se convertem em moeda eleitoreira? Mais uma vez, vemos que a oferta de bolsas servem à diminuição da pressão social para o acesso às universidades públicas. É esta, por sinal, a lógica que sustenta a política de cotas para egressos de escolas públicas adotada por alguns processos seletivos em universidades públicas. Afinal, é mais barato oferecer bolsas do que ampliar o número de vagas no sistema público? Mesmo que seja mais barata ao Estado, é esta a alternativa correta?¹⁵

Outra questão acerca d'*O pequeno burguês* (complicada, é verdade) para se discutir é a existência de uma conotação “étnica”, tangencial e contextual à obra. Mesmo que na parte literária da música não haja nenhuma referência direta à origem social do eu poético, há alguns elementos que nos levariam a caracterizá-lo como negro ou pardo, como sugerimos anteriormente. Vejamos.

No Brasil, como os especialistas apontam, a procedência africana está vinculada historicamente ao empobrecimento. Tal processo, ainda em curso, é oriundo da escravização que, mesmo depois de extinta, no final do século XIX, marca seus descendentes até o presente.¹⁶ Seguindo o fio da escolarização, privilegiado até aqui, vejamos o que nos diz alguns dados sobre o racismo praticado no Brasil:

O censo de 1980 mostrava que o índice de indivíduos maiores de cinco anos “sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução” era de 47,3% entre os pretos, 47,6% entre os pardos e 25,1% entre os brancos. A desproporção reduziu-se em seguida, mas não tem se modificado nos

15. Como já se notou, a enunciação em forma de perguntas é mais um artifício discursivo do autor que, necessariamente, problemáticas a serem respondidas pontualmente. De certa forma, a argumentação desenvolvida, como um todo no texto, apresentam possibilidades de respostas às questões. Ademais, é uma forma de estimular a reflexão no leitor.

16. Confira o *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186* [encaminhada pelo DEM], apresentada ao Supremo Tribunal Federal, em 2010, por Luiz Felipe de Alencastro, “Cientista Político e Historiador, Professor titular da cátedra de História do Brasil da Universidade de Paris IV Sorbonne”. Texto disponível no blog do autor. Disponível em <http://sequenciasparisienses.blogspot.com.br/2010/04/cotas-e-democracia.html> Acessado em 26 de julho de 2012.

últimos 20 anos. Segundo as PNADs [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE], em 1992, verificava-se que na população maior de 15 anos, os brancos analfabetos representavam 4,0% e os negros 6,1%, em 2008 as taxas eram, respectivamente de 6,5% e 8,3%. O aumento das taxas de analfabetos provém, em boa parte, do fato que a partir de 2004, as PNADs passa a incorporar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dados extraídos das tabelas do IPEA (ALENCASTRO, 2010).

O eu poético da música *O pequeno burguês* encontra-se entre a minoria de negros que chegam aos bancos (pagos) universitários. As PNADs do IBGE mostraram que, entre a década de 1990 e os anos 2000, a participação de negros ou pardos autodeclarados no ensino superior passou de 18% para 22%, em 2001. Os dados revelam que o crescimento foi maior na rede particular (até porque esta cresceu mais que a pública). A partir de 2005, o governo federal, adotando o princípio das políticas de ações afirmativas de cunho étnico/racial, oferece bolsas, via ProUni para as universidades privadas preferencialmente para negros (GOIS, 2006).

Outro dado relativo à nossa argumentação, trazido pela historiografia, é que o samba, gênero/forma da música em questão, nasceu nos terreiros de candomblé do Rio de Janeiro, espaços de sociabilidade afro-brasileiros. Mesmo após o “embranquecimento do samba”, encabeçado por Noel Rosa, na década de 1930, ou por seu emburguesamento, a partir do final da década de 1950¹⁷, pelos músicos da classe média carioca da Bossa Nova (quase, senão todos, os grandes nomes vinculados a este movimento musical são brancos) o samba se apresenta como um formato musical intimamente, e tradicionalmente, associado ao universo das africanidades brasileiras.

Sem correr o risco de reduzir a obra à biografia de seu autor, haveria certa colagem do eu poético à forte e carismática figura do sambista negro Martinho da Vila, seu autor e intérprete? Esta vinculação apontaria para conotação “étnica” aludida por nós?

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU SAINDO PELO VESTÍBULO)

A divisão entre História Cultural e História Social baseia-se na canhestra ideia segundo a qual a determinação social se difere da

17. Confirmam a crítica sofisticada à modernização do samba encaminhada pela Bossa Nova no samba de Paulinho da Viola intitulado *Argumento*.

determinação cultural da experiência dos homens e mulheres. Para evidenciar essa divisão, o historiador inglês E. Thompson propôs a diferenciação entre dois níveis de experiência. Uma experiência material e social, anterior à consciência, e uma segunda experiência discursiva e predominantemente cultural, trabalhada pela consciência (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 36).

Neste texto, partimos do pressuposto que a análise das representações sobre o vestibular (consciência cultural) completa-se com a investigação sobre os seus aspectos sociais e econômicos, devidamente inseridos na perspectiva de processo histórico (consciência material e social). E não que uma determina ou precede a outra. As representações analisadas sobre o vestibular servem índices da importância deste processo de seleção no interior da história da educação brasileira. A análise dessas representações não pode prescindir da compreensão sobre suas dimensões econômicas.

Por meio da aproximação entre as duas dimensões (representações e dimensões materiais), empreendemos uma breve análise do sistema educacional de Ensino Superior, no qual o vestibular é, ao mesmo tempo, numa forma de exclusão econômica e uma estratégia de classe para a manutenção dessa exclusão.

Diferentemente da divisão da consciência em dois estágios, proposta por Thompson, Albuquerque Jr. (2007, p.136) entende a experiência, justamente, como o conceito que possibilita a articulação entre estrutura e processo, entre base material e superestrutura. Tais representações, ao passo que são índices de sentidos construídos histórico-socialmente, são também construtoras de realidade, pois promovem a articulação e a partilha social de sentidos.

Não existe experiência anterior ao significado que lhe atribuímos. Não existe experiência que não seja, ao mesmo tempo, social, histórica e cultural, nem que não seja material e imaterial, ao mesmo tempo, que não seja ser e consciência juntos. A experiência é o lugar da consciência e do conhecimento (ALBUQUERQUE JR. 2007, p. 137).

Desta forma, ao utilizar as representações sobre o vestibular colhidas nas músicas *Química* e *O Pequeno Burguês*, procuramos fundamentar nossas análises tendo como referência os condicionantes socioeconômicos dessas canções (o que potencializou sua interpretação).

Como vimos, o desenvolvimento histórico da educação pública básica, com pouca qualidade, abriu o campo mercadológico para a estruturação de uma rede privada de ensino que é alimentada quase exclusivamente pela prole das classes A e B. O sistema particular garante, no mínimo de doze anos, uma sólida formação básica, que será determinante no acesso ao ensino superior “gratuito”.¹⁸ Assim, a formação privada se tornou um investimento para os mais abastados.¹⁹ Funciona também para a manutenção histórica dos benefícios de classe conquistados.²⁰

Resultado: enquanto os filhos das classes populares são capengamente formados nos bancos da rede pública (no ciclo básico), os eleitos pelo nascimento nas classes A e B são bem formados nos conservados, cuidados e caros espaços escolares privados. Em relação ao ensino superior, a situação se inverte: a Universidade Pública serve às classes abastadas e a Privada aos populares.

18. Ensino público, diferentemente do que propaga o senso comum, não significa ensino gratuito. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o investimento público em educação passou de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000 para 5,1% em 2007. Para o próximo Plano Nacional de Ensino, a meta passaria de 7% do PIB em 2011 a 10% do PIB em 2014. Segundo a referência de investimentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o valor mínimo a ser investido por aluno no ciclo básico durante o ano de 2012 é de R\$ 2.096,68. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/20861/valor-minimo-por-aluno-da-educacao-basica-sera-de-r-2.09668-em-2012/> Acessado em 26/07/2012. Em 2010, a soma de despesas dos três níveis de governo - municípios, estados e União - totalizou R\$ 17.972 por estudante de nível superior. O gasto na educação básica ficou em R\$ 3.580. Disponível em <http://oglobo.globo.com/educacao/diferenca-do-investimento-na-educacao-basica-superior-cai-metade-3709272> Acessado em 26/07/2012.

19. Um estudo feito em 2008 pela consultoria Invest concluiu que integrantes da classe A gastavam em média R\$ 15 mil por ano com escola e, da classe B, R\$ 7,8 mil. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/educacao+basica+custa+mais+na+particular+superior+na+publica/n1597000724462.html> Acessado em 26/07/2012. Assim, nos doze anos do ciclo básico a classe B gasta em torno de R\$ 100.000. O governo gasta aproximadamente R\$ 60.000 para custear a vaga de uma pessoa nos quatro anos de ensino superior. Nas universidades particulares, o gasto para o mesmo período, gira em torno de R\$ 20.000, segundo estudo feito, em 2010, pelo economista, Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Sindicato das Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior em São Paulo (Semesp).

20. Para democratizar o acesso ao ensino superior, desequilibrando o jogo viciado (pelo processo de manutenção dos benefícios de classe) é que se fazem tão importantes as cotas para o ensino superior público, seja por origem étnico-racial ou para os egressos das escolas públicas.

Na juventude, essas proles vão engrossar a aparentemente igualitária concorrência pela vaga superior pública (afinal, os liberais gostam de ressaltar que o vestibular é aberto para todos e serão aprovados os que tiverem mais mérito). Contudo, sócio-historicamente analisando, teriam essas pessoas de origem sociais diferentes as mesmas condições para competirem no vestibular? Quantitativamente analisando, teriam eles a mesma probabilidade de sucesso? Economicamente analisando, quem recebeu os benefícios da sua classe? O vestibular é portanto democrático ou serve à manutenção dos privilégios das classes A e B?

A professora Maria Luiza Abaurre, ex-formuladora das questões do vestibular da Unicamp, assevera:

Apesar de termos observado um esforço nos últimos governos para melhorar a qualidade do ensino, temos de pressupor que o aluno da escola pública não vai disputar em condições de igualdade com o da particular. No processo, pelas características do país, existe um *componente de injustiça pressuposto* (apud OLIVEIRA, 2011, p. 56. Grifo nosso).

É justamente esse componente de injustiça pressuposto na concorrência pelo acesso às universidades públicas que fomentou a produção deste texto. Simplesmente, por ser aberto a todos os interessados, o vestibular público não pode ser visto como democrático. Os benefícios adquiridos pelas classes sociais A e B serão um diferencial nas diferentes situações de concorrência social. É claro que a aprovação no vestibular será influenciada pela melhor formação anteriormente recebida. Como é do conhecimento geral, a rede particular oferece uma formação básica com melhor qualidade que a pública (mas somente a minoria da população pode pagar por ela).

No interior dessa situação de desequilíbrio social, se não é o Estado o principal responsável por garantir as mesmas condições de disputa para as diferentes classes, concordamos que seja ele quem deva criar instrumentos que garantam o mínimo de equidade no preenchimento das vagas públicas. Seja por meio do aumento do número de vagas ou pela criação de processos de ingresso alternativos aos tradicionais vestibulares.²¹ Assim, será gradativamente dirimido o “componente de injustiça pressuposto” nos vestibulares públicos do país.

21. Como recentemente tem feito por meio do SiSu, onde utiliza a nota do ENEM para distribuir vagas entre as instituições federais de educação superiora.

É por meio da participação ativa do Estado que “as condições materiais de existência” entre as classes sociais não serão tão diferentes. Assim, o *Pequeno Burguês* teria condições mais favoráveis para concorrer por uma vaga na universidade pública com o burguês protagonista de *Química*.

BEYOND A CULTURAL HISTORY REVIEW IN SELECTION PROCESS FOR PUBLIC HIGHER EDUCATION: SOCIO-ECONOMICS FATOR IN “QUÍMICA” AND “O PEQUENO BURGUEÊS”

Abstract: The selection process for public higher education is open to all people, but not just because it is democratic. Most approved belong to classes A and B. Your best financial condition, allowed the private basic education, whose quality is higher than that received in the public system, which does not stop configure a process of maintaining the benefit of class (transmitted by birth). Before the competition, the lower classes must pay for their education in private universities. Clearly, therefore, the existence of an element of unfairness in the selection process assumption. The state should interfere in these game marked cards, if your project to build a society ensures the same opportunities in terms of social disputes. This discussion is taken from songs of “Química” and “O pequeno burguês” (whose theme is the selection process in different contexts).

Key words: Selection Process, Public High Education, Representations, Music Analysis.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Experiência: uma fissura no silêncio*. IN: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007. p. 133-147.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186 [encaminhada pelo DEM], apresentada ao Supremo Tribunal Federal, em 2010*. Disponível em <http://sequenciasparisienses.blogspot.com.br/2010/04/cotas-e-democracia.html> Acessado em 26 de julho de 2012.

BARONI, J. M. B. *Acesso ao ensino superior público: realidade e alternativas*. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010 (CENSUP/2010). *Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, outubro de 2011.

CERRI, Luis Fernando. *Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.48, p.213-231.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papirus, 1997.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. O vestibular na contramão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3. n.º 27. Dez. 2007. P.81-83

FREIRE, João Ricardo Bessa. História ensinada x história real: onde fica o aluno nesta história? In: DAVIES, Nicholas. (org.) *Para além dos conteúdos do ensino de História*. Niterói: Ed. UFF, 2000.

GOIS, Antônio. *Cresce número de negros nas universidades*. 20/11/2006. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u19110.shtml> Acesso em 26/07/2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS Anísio Teixeira *Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico*. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (DCNEM). Brasília: [Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica], 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCNEM). Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica; Departamento de Políticas de Ensino Médio, 2006. (Orientações curriculares para o Ensino Médio, volume 3)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio* (PCNEM). Brasília: [Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica], 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio* (PCNEM). Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias, [Brasília: Ministério da Educação, post. 2000?]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+EM) – Ciências Humanas e suas Tecnologias*. [Brasília: Ministério da Educação], [2002?].

OLIVEIRA, Tori. Mudança lenta, gradual e injusta. *Revista Carta na Escola*. Agosto de 2011. Ed. n. 58.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SAFATLE, Wladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SOBRE O AUTOR

Euzébio Fernandes de Carvalho – Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás e professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás.

Recebido para publicação em 29/07/12

Aceito para publicação em 03/08/12